

Na luta da PT Constituinte

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR-47-331/86

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Brasília, julho de 1988 - Nº 9



Juan Pratginestos

Definidas as eleições municipais

Depois de um amplo acordo de lideranças, o Congresso Nacional aprovou a regulamentação das eleições municipais de 15 de novembro. Ao sancionar o projeto, o presidente Sarney vetou oito artigos nele incluídos, entre os quais o que previa o segundo turno nos municípios com mais de 200 mil eleitores (no caso de nenhum candidato alcançar maioria absoluta dos votos no primeiro turno) é o que proibia as contratações de funcionários pelo governo federal no período pré-eleitoral.

A bancada do PT na Constituinte acompanhou a tramitação do projeto desde o início, atuando principalmente no sentido de evitar manobras para o adiamento das eleições. "Tivemos de lutar mais para garantir as eleições do que para melhorar o conteúdo da regulamentação", explicou o deputado

Paulo Delgado, coordenador nacional das eleições municipais do PT.

"Mesmo assim", ressaltou Delgado, "conseguimos passar a emenda do PT que estende aos candidatos empregados de empresas privadas a licença a que os funcionários públicos já tem direito". Outro avanço seria a apuração obrigatória dos resultados das urnas pelas próprias mesas receptoras, ampliando o direito do cidadão fiscalizar e reduzindo a possibilidade de fraude. Mas Sarney vetou também esse dispositivo, o que significa que as mesas receptoras poderão ou não transformar-se em mesas receptoras, à critério de cada juiz eleitoral - como já é a prática atual.

DOIS TURNOS

A bancada do PT defendeu os dois turnos para todos os municípios,

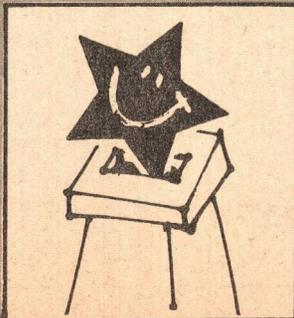
proposta que constava do projeto original. Ao longo das discussões, porém, os dois turnos foram excluídos para as cidades com menos de 200 mil eleitores. "Realizaram de forma conservadora uma proposta que tinha conteúdo avançado. Desta forma, os dois turnos não são mais interessantes nem para o PT nem para o país" avalia Paulo Delgado.

Outro retrocesso que visou principalmente ao PT foi a proibição da boca-de-urna. Esta medida prejudica o PT e os demais partidos que possuem militância convicta e, portanto, são mais eficazes nesta modalidade de propaganda eleitoral. O PT defendeu a proteção dos locais de votação contra a coação aos eleitores em lugar da simples proibição da boca-de-urna, medida considerada antidemocrática e inaplicável.

PT vai disputar em duas mil cidades

O PT deve ter programas capazes de corresponder às necessidades específicas de cada município, sem perder de vista o caráter nacional que marcará as eleições municipais deste ano. Esta foi a principal conclusão do Encontro da Coordenação das Eleições Municipais do PT, realizado em Brasília nos dias 4 e 5 de junho,

A reunião, paralela à Plenária Nacional de Organização, representou um passo importante na preparação do Partido (Itara



as eleições. Pelo levantamento junto aos representantes dos Estados, o PT participará das eleições em dois mil municípios em todo o país, com 30 mil candidatos a vereador e dois mil a prefeito.

Segundo o companheiro Paulo Delgado, a campanha do PT nas eleições será estruturada em quatro pilares: proposta política adequada para o momento, programa administrativo, coerência partidária e, fundamentalmente, organização.

A pressão popular não pode parar

No segundo turno, todas as conquistas dos trabalhadores estão ameaçadas de supressão

Vem aí o segundo e último turno de votação pelo plenário e, com ele, a ameaça de perdermos boa parte dos direitos sociais e avanços democráticos conquistados nas primeiras fases dos trabalhos. Nunca foi tão importante exercer a pressão popular sobre a Constituinte, agora que setores do empresariado articulam com o Centrão e o governo uma ofensiva para o segundo turno, na tentativa de suprimir os avanços que foram além do previsto pelas elites para o texto da nova Constituição.

As forças políticas conservadoras consideram inaceitáveis o direito de greve para todos os trabalhadores, a jornada de seis horas em turnos de revezamento, o prazo de dois anos após o término do contrato para ações trabalhistas. Também estão no alvo da reação benefícios previdenciários, a nacionalização do sub-solo, a proibição de contratos de risco para exploração de petróleo, a reforma tributária, a limitação da taxa de juros em 12% ao ano e o direito de votar aos 16 anos.

Por outro lado, o PT e outras forças progressistas vão apresentar várias emendas suprimindo dispositivos contrários aos interesses populares. Como se sabe, no segundo turno, de acordo com o regimento interno, só podem ser apresentadas emendas suprimindo partes do texto. Interessa-nos suprimir, por exemplo, a proibição quase absoluta de desapropriar a propriedade rural (este item é um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra e praticamente inviabiliza a reforma agrária na Constituição), a unicidade sindical, o Conselho e o Estado de Defesa, a intervenção das Forças Armadas em defesa da "lei e da ordem" internas, a equiparação do direito à propriedade ao direito à vida, e do crime de tortura ao terrorismo.

A votação do segundo turno deve iniciar-se no final de julho. Até lá, o Palácio do Planalto e o grande empresariado terão um esquema planejado de pressão.

E os trabalhadores?

A experiência do primeiro turno mostra que só através da pressão popular organizada, os direitos e avanços para os trabalhadores são aprovados. Portanto, é hora de nos preparar, concentrando forças para as votações do segundo turno.

Os temas polêmicos das disposições transitórias

Na votação do título das Disposições Gerais e Transitórias, um dos temas mais polêmicos foi o da anistia da correção monetária referente a dívidas Contraídas por empresários e produtores rurais durante o fracassado plano cruzado. O PT posicionou-se contra a anistia indiscriminada e abrangente, admitindo porém a anistia restrita aos pequenos produtores rurais (com áreas de até cinco módulos regionais) e microempresários, sobre débitos de até cinco mil OTNs (Cz\$ 6,6 milhões em junho), após auditoria, caso a caso, se for confirmada a aplicação na produção e a falta de condições do devedor em pagar.

Essas restrições foram aprovadas pelo plenário através de emenda articulada pelo PT e PCB, anulando a anistia irrestrita apoiada pela UDR, que havia sido aprovada minutos antes.

Da anistia das dívidas, ficou uma pergunta, colocada pelo líder da bancada do PT, o companheiro Lula: Quem vai anistiar as dívidas da classe trabalhadora? Quem vai repor as perdas salariais acumuladas com tantos planos e pacotes impostos pelo governo?

Já em relação à dívida externa, sem dúvida um dos maiores problemas do País, a Constituinte não tomou qualquer decisão, rejeitando todas as propostas suspendendo o pagamento ou controlando o endividamento externo.

Outra decisão importante foi a que fixou em 40% do FGTS a multa a ser paga ao empregado demitido. Atualmente a CLT estabelece multa de 10% do FGTS. A medida eleva o custo das demissões, e é resultado de acordo entre lideranças quando



da votação da estabilidade no emprego. É uma espécie de compensação pela não aprovação, naquela oportunidade, do princípio da estabilidade, defendido pelo PT.

Os servidores públicos da administração direta e autarquias com cinco anos ininterruptos de serviços serão efetivados, com exceção daqueles que exercem cargos de confiança. Já a acumulação de cargos e vencimentos no funcionalismo público foi proibido, invalidando o chamado direito adquirido, o que representa um duro golpe aos "marajás". O PT apoiou as duas decisões.

Na questão da divisão territorial do País, foi aprovada a criação do Estado de Tocantins, que surgirá do desmembramento da região norte de Goiás. O PT votou a favor dessa proposta, uma vez que se trata de antiga reivindicação, aprovada duas

vezes pelo Congresso mas vetada pelo então presidente, general Figueiredo. O PT também apoiou a transformação em estados os atuais territórios do Amapá e Roraima, aprovada pela Constituinte. Além disso, foi extinto o Território de Fernando de Noronha, que será incorporado a Pernambuco, com o apoio do PT. Com essas decisões da Constituinte, até 1990 não haverá mais território federal no Brasil, e a população dos novos estados elegerá seus governadores e assembleias legislativas.

Outras decisões importantes da Constituinte nas Disposições Transitórias, como a recomposição da aposentadoria, anistia dos servidores civis e militares e o mandato de Sarney, são abordadas em outras matérias do PT Constituinte.

PINGA - FOGO

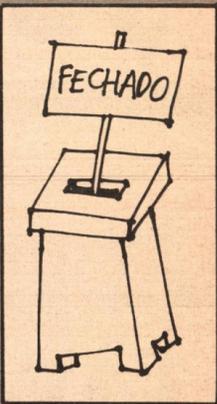
Novos Estados - Sobre a criação de novos estados, a bancada do PT, após ouvir várias instâncias partidárias, tomou o seguinte posicionamento:

1 - Defende critérios permanentes para a redivisão territorial, inclusive plebiscito junto à população da região interessada. Desta forma, o PT ajudou a derrotar os que queriam simplesmente "acorrentar" regiões aos estados de origem independentemente da vontade do seu povo.

2 - Contra a criação, nas disposições transitórias da Constituinte, de novos estados. Eles devem ser criados por lei complementar, que permite modificações e aperfeiçoamentos, ao contrário do destaque na Constituinte, que é ou aprovado ou rejeitado na íntegra.

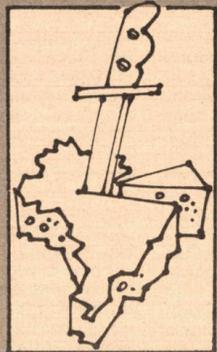
3 - No caso do Triângulo, criticou a fixação dos limites territoriais, que variaram ao longo da Constituinte ao sabor de interesses políticos. O PT não aciet a nomeação do primeiro governador em lugar de eleição direta.

4 - Propôs a abertura de um amplo debate sobre o assunto, à luz das necessidades reais do povo, caso a caso e de forma objetiva, de modo a colocar esta deliberação no seu devido lugar.



favor dessa proposta. Mas só para não se "queimarem" junto ao eleitorado. Nos bastidores, Carneiro e Márcia pediram a diversos outros constituintes para não votarem pelas diretas-já em Brasília. No momento da votação, dezenas de constituintes abandonaram o Plenário, enquanto os líderes diziam apoiar as diretas.

Negro - A Câmara aprovou projeto da deputada Benedita da Silva criando o feriado nacional de 20 de novembro, o Dia de Zumbi dos Palmares. Também foi aprovado projeto do deputado Paulo Paim, estabelecendo a obrigatoriedade, do ensino de História da África nos currículos escolares. Agora os projetos serão apreciados pelo Senado. Benedita e Paim também requereram a formação de missão parlamentar para visitar a África do Sul, em solidariedade ao povo negro segregado e perseguido pela política racista do governo de minoria branca. A proposta dos deputados petistas vem reforçar o repúdio internacional ao apartheid, com o qual o governo Sarney tem sido conivente.



Jogo Duplo - Brasília vai continuar sem autonomia política. A Constituinte rejeitou as eleições este ano para governador e para a futura Assembleia Legislativa do DF. Assim, essas eleições somente serão feitas em novembro de 1990, junto com as próximas eleições estaduais, e a posse dos eleitos só se dará em 1991. Deve-se registrar, nesse episódio, o comportamento de dois constituintes brasileiros - o deputado Francisco Carneiro e a deputada Márcia Kubitschek (filha do ex-presidente Juscelino). Os dois, que pertencem ao PMDB, defenderam de público as eleições em Brasília em 1988, e votaram a

TUTELA MILITAR - O deputado José Genuino aponta a consagração da tutela militar como um dos piores aspectos do texto constitucional. "O espaço político das Forças Armadas permanece intocado na administração pública, na ampla competência atribuída à Justiça Militar. Mais grave ainda foi dar às Forças Armadas o papel de defender a lei e a ordem - e não a ordem constitucional - o que significa que os militares terão um poder de interpretação e intervenção sobre toda a sociedade."

Reforma Agrária - O deputado Plínio de Arruda Sampaio está se articulando com as entidades representativas dos trabalhadores rurais - Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Sem-Terra, CUT, Contag, Campanha da Reforma Agrária, e ABRA - a fim de estudar uma tática para tentar resgatar, na votação em 27 turno da Constituinte, a possibilidade de uma verdadeira Reforma Agrária para o país. O principal objetivo é retirar do texto da nova Constituição o inciso que isenta de desapropriação o imóvel rural que demonstre algum tipo de exploração econômica, e assim seja considerado "produtivo". Esse inciso, segundo Plínio, é inconcebível, porque, por ele, mesmo uma propriedade que não respeite o meio ambiente, ou que não respeite a legislação trabalhista, fica de fora da Reforma Agrária, apenas pelo fato de produzir alguma coisa.



Aposentadoria - O deputado Luís Gushiken foi o principal articulador da proposta que desfez o acordo entre Covas e o Centrão, que vetava a proporcionalidade para aposentadoria aos 25 e 30 anos, para a mulher e o homem, respectivamente. Apesar do parecer contrário do relator, Gushiken convenceu com parlamentares do PMDB, elaborou emendas alternativas, e redigiu documento que foi assinado pelos líderes, apoiando a aposentadoria proporcional. A deputada Beth Azize (PDS-AM) assinou a emenda e, no curso de encaminhamento, disse que Gushiken era o "patrono de honra da emenda que garantiu a aposentadoria proporcional".

TEMAS	PROPOSTA DO PT	O QUE FOI APROVADO	AVALIAÇÃO CRÍTICA
Reforma Agrária	Desapropriação, para fins de reforma agrária, de todos os imóveis rurais que não cumprem sua função social, especialmente os latifúndios. Limitação do tamanho máximo das propriedades rurais, segundo o critério dos módulos regionais. Imissão imediata da posse das áreas desapropriadas. Exclusão das pequenas e médias propriedades das desapropriações. Indentização em Títulos da Dívida Agrária, em 20 anos, de acordo com o valor declarado pelo proprietário para pagamento do Imposto de Renda.	Foi aprovada a desapropriação dos imóveis rurais que não cumprem função social, mas a chamada "propriedade produtiva" foi excluída da reforma agrária. Não foi estabelecido qualquer limite ao tamanho das propriedades. Rejeitada a imissão imediata da posse. Função social é cumprida quando o imóvel rural respeitar, simultaneamente, as seguintes condições: a) aproveitamento racional e adequado; b) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; c) observância das leis trabalhistas; d) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.	O texto aprovado é contraditório, já que, num artigo, prevê a desapropriação dos imóveis rurais que não cumprem função social, e, em outro artigo, exclui as propriedades "produtivas" da reforma agrária. Ora, o que é terra "produtiva"? Um latifúndio que produz muito menos do que poderia produzir pode ser considerado "produtivo"? Na prática, a exclusão dessas propriedades "produtivas" do processo de desapropriações compromete gravemente a reforma agrária, e constituiu a grande vitória da UDR na Constituinte. O texto aprovado é um grave retrocesso ao que estabelece o próprio Estatuto da Terra. Além disso, é claro que a não fixação de um limite máximo para o tamanho dos imóveis rurais, assim como a negação da imissão imediata da posse, também representam obstáculos concretos à realização de uma verdadeira reforma agrária.
Sistema Financeiro	Estatização geral do sistema financeiro, já que este deve ser entendido como um serviço essencial de caráter eminentemente público.	A proposta da estatização foi rejeitada. Por outro lado, foi decidida a extinção das chamadas cartas-patente - uma espécie de alvará do governo para o funcionamento dos bancos. Assim, a autorização para o funcionamento dos bancos passará a ser concedida sem ônus, e não poderá mais ser negociada ou transferida. Mas a decisão de maior impacto foi a de limitar em 12% ao ano os juros reais máximos.	A única novidade maior aprovada pelos constituintes, em termos de repercussão no dia a dia da população brasileira, foi a limitação da taxa de juros máxima a 12% ao ano. Se isso vier de fato a ser concretizado, representará uma importante reversão na política monetarista que há muitos anos vem sendo imposta ao país. Essa política se caracteriza pela imensa ampla liberdade para a elevação das taxas reais de juros, restringindo o crédito, prejudicando os investimentos produtivos e assim provocando a recessão e o desemprego.
Reforma Urbana	desapropriação de áreas e imóveis urbanos que não cumpram função social, para fins da reforma urbana. pagamento da desapropriação das áreas especulativas em títulos da dívida pública. pagamento em dinheiro no caso de desapropriação de imóveis em função de objetivos urbanísticos (construção de viadutos, ruas, etc.). usucapião urbano após 3 anos de ocupação efetiva do imóvel, desde que o beneficiário não possua outro imóvel. gestão democrática da cidade, através da participação popular na solução de seus problemas. definição do transporte coletivo urbano como serviço público essencial.	foi aprovada a possibilidade de desapropriação da área ou imóvel que não atenda às exigências fundamentais da ordenação da cidade, expressas no seu plano diretor. a desapropriação, porém, será a última de uma série de alternativas, entre as quais o parcelamento (isto é, a divisão da área), a edificação compulsória e o imposto progressivo; isto dificulta a reforma urbana. não foi feita distinção entre a desapropriação de imóveis especulativos e a feita em função de projetos urbanísticos, devendo todas serem pagas em títulos (nos queríamos a indenização em dinheiro no caso da desapropriação de bens de menor valor para a realização de obras urbanísticas). foi aprovado o usucapião urbano após 5 anos de ocupação sem contestação de imóvel de até 250 metros quadrados, utilizado para moradia própria, desde que o beneficiário não possua outro imóvel urbano ou rural. foi aprovada a gestão democrática da cidade, garantida pela iniciativa popular de lei, mediante manifestação de pelo menos 5% do eleitorado. o transporte coletivo foi definido como serviço público essencial, de responsabilidade do município, operado por concessão ou permissão.	O fato de a reforma urbana ter entrado na Constituição, por si só, já representa um grande avanço; muito importante também foi a submissão da propriedade ao bem estar social, dando ao município o poder de desapropriação; todavia, a definição de projetos sucessivos prévios à desapropriação virá#-cultural e retardar uma efetiva reforma urbana; deve-se ressaltar também a importância do estabelecimento do usucapião urbano, embora não nos mesmos moldes do proposto pelo PT; e também a aprovação do princípio da gestão democrática da cidade, assegurado pela possibilidade de os cidadãos apresentarem projetos de lei de interesse específico.
Educação	O ensino é dever do poder público, e deve ser prestado de forma gratuita em todos os níveis, abrangendo o material escolar e a alimentação básica. creches e escolas maternas destinadas a menores de seis anos de idade, mantidas pelo poder público. extinção gradual do plano nacional de educação, no prazo de dez anos. provimento dos cargos no início e fim da carreira no magistério, por concurso público.	A educação é direito de todos e dever do Estado, sendo gratuito o ensino público em estabelecimentos oficiais, com atendimento do educando através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. A União aplicará anualmente 18% e os Estados, o DF e os municípios 25% de suas receitas no desenvolvimento do ensino. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. O ensino é livre à iniciativa privada, sujeito a certas condições de funcionamento e fiscalização pelo Estado. Valorização dos profissionais do ensino através de plano de carreira para o magistério com piso salarial e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, com regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União.	Prevalece a concepção de que o Estado é responsável pelo ensino. As obrigações financeiras da União subiram de 13% para 18%, enquanto as dos Estados, do DF e dos municípios ficaram nos mesmos 25%; não obstante a disparidade, foi assegurada ao estudante pobre o acesso progressivo a todos os graus do ensino público, bolsas e ensino noturno; não foram atendidas reivindicações dos entidades dos profissionais do ensino, especialmente quanto às promoções previstas no plano de carreira.
Saúde	a saúde é direito de todos e dever do Estado; acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde; sistema único de saúde, com todas as ações e serviços sendo de natureza pública, a fim de se caminhar para a estatização progressiva do setor; controle popular sobre o sistema de saúde; definição das seguintes atribuições do sistema único (entre outras): a) controle da produção de medicamentos e equipamentos de saúde; b) formação de recursos humanos; c) controle de todos os procedimentos relativos ao sangue e hemoderivados; d) saúde do trabalhador.	Foi aprovada a execução das ações e serviços de saúde tanto pelo Estado como por particulares; essa foi a diferença básica em relação às propostas do PT, já que, para nós, todos os serviços e ações de saúde deviam ser considerados de natureza pública; este era o princípio básico que permitiria uma estatização progressiva ao setor; ao invés disso criou-se um sistema público único de saúde, que deixa de fora a área privada; muito importante foi a aprovação da proibição do comércio do sangue e hemoderivados.	Apesar da derrota da tese da estatização progressiva do setor saúde, foram conquistados pontos importantes, como o controle popular sobre o sistema único público de saúde, e os contratos de direito público que permitirão um maior rigor na fiscalização dos hospitais privados contratados, a proibição do comércio do sangue e dos hemoderivados, e a incorporação da saúde do trabalhador ao sistema único.
Previdência Soda/	Consideração de todos os salários de contribuição no cálculo dos benefícios; garantia de reajustamento dos benefícios de modo a preservar seu valor real; nenhum benefício de prestação continuada será inferior a um salário mínimo; 13º para aposentados e pensionistas, igual aos proventos de dezembro; cálculo da aposentadoria com base na média dos 12 últimos salários de contribuição; aposentadoria por tempo de serviço aos 30 anos (homens) e aos 25 anos (mulheres); contagem recíproca do tempo de serviço nas atividades públicas e privadas, rurais e urbanas.	A maioria das propostas do PT coincidiu com o que a Constituinte acabou aprovando, com duas exceções mais relevantes: a questão do cálculo da aposentadoria, que será feito com base nas médias dos últimos-36 salários de contribuição (e não dos últimos 12, como queríamos), e a questão da aposentadoria por tempo de serviço, onde foram mantidos os 35 anos para o homem e 30 anos para a mulher.	Houve avanços reais importantes; além disso, foi feito um acordo para a aprovação, nas Disposições Transitórias, de uma emenda do PT e de outros partidos prevendo a recomposição dos valores das aposentadorias em vigor, com base no valor que tinham quando da sua concessão;
Seguridade Soda/	Universalização da cobertura; igualdade entre trabalhadores urbanos e rurais; irredutibilidade do valor dos benefícios; caráter democrático da gestão administrativa, com participação dos trabalhadores, aposentados e comunidade; contribuição das empresas incidindo sobre a folha de salários, o lucro e o faturamento; contribuição sobre fortunas, operações financeiras e renda agrícola.	Com exceção das contribuições sobre fortunas, operações financeiras e renda agrícola, as demais propostas do PT acabaram contando com o apoio da maioria dos constituintes e foram aprovadas.	Houve avanços importantes na questão do financiamento do sistema de seguridade social, dando base para uma maior estabilidade do sistema, hoje sujeito a quebras devido à diminuição da massa salarial; a aprovação do princípio da universalização da cobertura também constituiu um avanço; outro ponto positivo foi a aprovação da emenda do PT que estabelece a participação popular na administração do sistema de seguridade.

Constituinte
Órgão Informativo da Bancada do PT

Tiragem: 20.000 exemplares.
Elaborado pela Assessoria de Comunicação da Liderança do PT.
Texto e edição: Márcio Araújo e Luiz Cláudio Pinheiro.
Diagramação: Licurgo Botelho
Composição: JR. Artes Gráficas Ltda
Ilustração: Oscar
Distribuição: Secretaria Nacional de Organização - PT.
Impressão: Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de São Paulo.
Endereço: Liderança do PT, Câmara dos Deputados, Pç. dos Três Poderes, CEP: 70.160-Brasília-DF

Boletim Nacional, revista Teoria & Debate e você, um trio bem informado.

() Boletim Nacional do PT - 12 edições, Cz\$ 600,00.
() Revista Teoria & Debate - 4 edições - Cz\$ 1.100,00.
Receba regularmente as duas publicações.
Basta fazer a sua assinatura, enviando este cupom juntamente com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores - Av. 11 de Junho, 260, CEP. 04.041, São Paulo - SP.

Nome:
Endereço:
CEP: Cidade: Estado:

BANCADA DO PT NA CONSTITUINTE					
LIDERANÇA DO PT	TEL: (061) 213-5172 - (061) 213-5173 - (061) 224-1669				
DEPUTADOS /	GAB.	TELEFONE	DEPUTADO	GAR	TELEFONE
Benedita da Silva/RJ	360	(161)213-5360	Luis Inácio Lula da Silva/SP	825	(061) 213-5825
Eduardo Jorge/SP	382	(061) 213-5382	Olívio Dutra/RS	372	(061)213-5372
Florestan Fernandes/SP	585	(061)213-5585	Paulo Delgado/MG	373	(061)213-5373
Gumercindo Milhomem/SP	371	(061)213-5371	Paulo Paim/RS	471	(061) 213-5471
Ir ma Passoni/SP	237	(061) 213-5237	Plínio de Arruda Sampaio/SP	627	(061) 213-5627
João Paulo Reses/MG	384	(061) 213-5384	Virgílio Guimarães/MG	376	(061) 213-5376
José Genuino/SP	375	(061) 213-5375	Vitor Buazi/ES	275	(061) 213-5275
Luis Gushiken/SP	374	(061) 213-5374	Vladimir Palmeira/RJ	379	(061) 213-5379

Endereço: Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF - CEP. 70.160
Para escrever aos deputados do PT, acrescente o nome e número do gabinete.

EDUARDO JORGE

Médico atuante no movimento popular em São Paulo, o deputado Eduardo Jorge acha que a nova Carta vai institucionalizar uma ordem burguesa conservadora, mas com avanços originados da luta dos trabalhadores



Duca Lessa

Não podemos aliviar a pressão no 2- turno

Eduardo Jorge, agora que estamos na reta final dos trabalhos da Constituinte qual avaliação você faz?

Quando o PT resolveu participar do Congresso Constituinte, tinha consciência de que este espaço institucional se movia nos limites da ordem burguesa e, mais ainda, dificilmente ultrapassaria os horizontes da "Nova República". As regras eleitorais herdadas da ditadura militar garantiam uma maioria conservadora. Foi o que se viu: 120 parlamentares de esquerda radical e moderada, 120 de centro-esquerda e 320 de centro, centro-direita e direita.

O resultado não poderia ser outro: cinco anos para Sarney, manutenção da tutela militar, sistema eleitoral que prejudica as áreas mais populosas e mobilizadas, negativa de anistia ampla aos punidos pela ditadura militar, legislação anti-reforma agrária, etc.

Por outro lado conseguimos a ampliação dos direitos trabalhistas, como a jornada máxima de 6 horas em trabalhos de turnos ininterruptos, avanços na seguridade social, sindicalização para o servidor público, boa legislação de defesa do meio ambiente, mandado de injunção, mandado de segurança coletivo, liberdade partidária, fim da censura, etc.

O resultado é uma Constituição que institucionaliza uma ordem burguesa conservadora, documento legal para o controle social sobre trabalhadores, porém que inegavelmente carrega dentro de si regras cravadas pelo movimento popular, que poderão servir de apoio à ampliação da nossa luta.

- O PT deve assinar a Nova Constituição?

Primeiramente, não considero que esta seja uma questão que sirva de eixo a um posicionamento na conjuntura. Não vivemos uma situação onde uma recusa em reconhecer qualquer legalidade a esta instituição burguesa tenha respaldo no oferecimento concreto de opções populares globais imediatas à mesma.

No entanto, não podemos descartar a priori a possibilidade de um gesto político que simbolize o nosso inconformismo com o resultado do processo constituinte. E esse gesto poderia muito bem ser a não assinatura da Constituição, simultaneamente com a divulgação de um manifesto, uma declaração, onde apontamos os motivos da não assinatura e ao mesmo tempo anunciamos a nossa disposição de lutar

para: 1) mudar com emendas constitucionais estas disposições retrógradas; 2) lutar pela implementação do que há de positivo no texto.

Esse gesto está condicionado a uma avaliação criteriosa no nosso partido do resultado final da Constituinte, em comparação com as propostas do PT e com as reivindicações dos movimentos de massa populares, sindicais e democráticos. Está condicionado também ao que vai acontecer no 2º turno de votação. Agora é aprofundar no PT a discussão, consultar os movimentos populares e não aliviar a pressão sobre as votações que ainda virão. O essencial é preparar uma proposta mais ampla que dê conta das tarefas específicas do momento e ao mesmo tempo construir um programa que orientando essas lutas aponte para uma saída socialista para o país.

- Como você avalia o texto aprovado sobre a Ordem Social?

Na divisão de tarefas na bancada fiquei encarregado de representar o PT nas negociações de vários capítulos da "Ordem Social" - seguridade social, saúde, previdência, meio ambiente, direitos dos servidores públicos e outros. Estes pontos, como outros dos considerados como "Ordem Social" (educação, índios, direitos dos trabalhadores, etc.), foram as áreas onde nós conseguimos os maiores avanços.

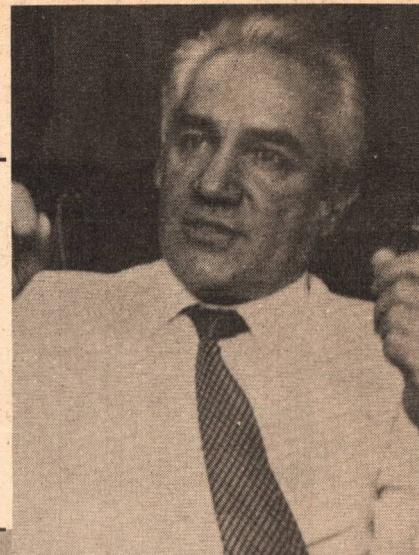
- É verdade que não existem recursos para as melhorias na Seguridade Social?

Isto já não é verdade hoje! Vejamos como está o orçamento da Previdência em 1988: as contribuições das empresas e dos trabalhadores alcançam Cz\$ 3 trilhões e 185 bilhões, mais Cz\$ 260 bilhões resultantes do lucro das aplicações financeiras, e mais Cz\$ 619 bilhões da parcela governamental, num total de Cz\$ 4 trilhões e 64 bilhões. Os gastos previstos são de Cz\$ 3 trilhões e 400 bilhões. Logo, há um superávit de Cz\$ 654 bilhões. Só que o governo, ao invés de usar esse superávit para ampliar e melhorar os serviços, simplesmente não repassa a sua parte prevista para o orçamento da Previdência. É um verdadeiro roubo!

Além disso, no novo texto da Constituição, aparecem novas fontes de recursos. Por exemplo, as alíquotas sobre o faturamento e o lucro das empresas. O FINSOCIAL virá praticamente todo para a seguridade. Só esses dispositivos permitirão um aumento imediato de 10% em relação aos recursos atuais.

JOÃO PAULO

Líder sindical do Vale do Aço, em Minas, o deputado João Paulo Pires fala de sua participação na luta pela jornada de seis horas e pela anistia dos funcionários públicos e empregados das estatais.



Duca Lessa

O turno de 6 horas cria 350 mil novos empregos

João Paulo, como se deu a luta pela anistia dos funcionários públicos civis e militares na Constituinte?

R - O primeiro passo foi na Subcomissão dos Direitos Coletivos e Garantias. Como subrelator, tive a oportunidade de relatar favoravelmente uma proposta ampla de anistia. Na Comissão da Soberania e Direitos, a anistia foi mantida, com reintegração do pessoal civil e militar, com recebimento dos atrasados. Já na Comissão de Sistematização, caíram a reintegração e o pagamento dos atrasados, mas conseguimos introduzir a anistia para os empregados do setor privado. No passo seguinte, no Plenário, o texto base era o do Centrão. Apresentamos uma emenda que, em fusão com outras duas, recuperava a reintegração dos funcionários públicos e empregados das estatais demitidos. Para poder passá-la, tivemos que excepcionar os funcionários dos ministérios militares. Desta forma, os funcionários públicos e empregados das estatais demitidos desde 1946 por atos de exceção serão readmitidos, mas sem direito a receber os atrasados. Já a anistia para os militares ficou bastante prejudicada, uma vez que não atingiu os punidos por motivos políticos através de atos administrativos.

A proposta de sua autoria' reduzindo a jornada de trabalho para seis horas em turnos ininterruptos está ameaçada de cair no segundo turno do plenário. Você acredita que ela possa ser mantida?

Olha, está é uma luta antiga dos trabalhadores nas indústrias de base, principalmente nas siderúrgicas. Em 1978, fizemos uma greve em João Monlevade, que foi a primeira em indústria de base desde 1968, com o objetivo de mudar a escala de trabalho, que forçava a jornada para além do que era legal. Já nesta época, discutíamos a redução para seis horas. Na Constituinte, apresentamos com o DIAP esta proposta na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e, até a fase do plenário, ela foi mantida, e com pequenas modificações. Acho que os representantes do empresariado e do governo estavam desatentos para o alcance dessa proposta. Mas quando abriram o olho, reagiram com tudo. O grande receio deles é de que os trabalhadores dos turnos do dia venham a exigir o mesmo direito, aproveitando o parâmetro que ela cria. Eles estão concentrando toda a força para suprimir no segundo turno. Tornou-se para eles uma questão de honra. E nós não podemos permitir que isso

aconteça. A redução da jornada para seis horas nos turnos ininterruptos tem um custo, que é, segundo dados patronais, de 0,6% da produção. Mas significa mais saúde para o operário, mais convivência com a família, significa criar cerca de 350 mil novos empregos. Precisamos jogar pesado para ganhar isso.

Você acredita que, na posterior legislação complementar e ordinária, os direitos dos trabalhadores possam ser de alguma forma diminuídos?

A regulamentação virá num contexto melhor, em que a Constituição estará promulgada. Muitos dos direitos aprovados serão autoaplicáveis. E as entidades representativas dos trabalhadores terão maior liberdade para defender os direitos aprovados. Aliás, o maior mérito desta Constituinte é que ela proporciona condições para a auto-organização, dá condições para as organizações andarem com as próprias pernas. Temos é que segurar o segundo turno. É a melhor forma de valorizar o trabalho feito para aprovar os avanços que tivemos. Graças ao trabalho principalmente do PT mas também de outras forças progressistas, articulados com a pressão popular, foi possível passar certos avanços, que pela nossa força quantitativa na Constituinte, não teria sido possível.

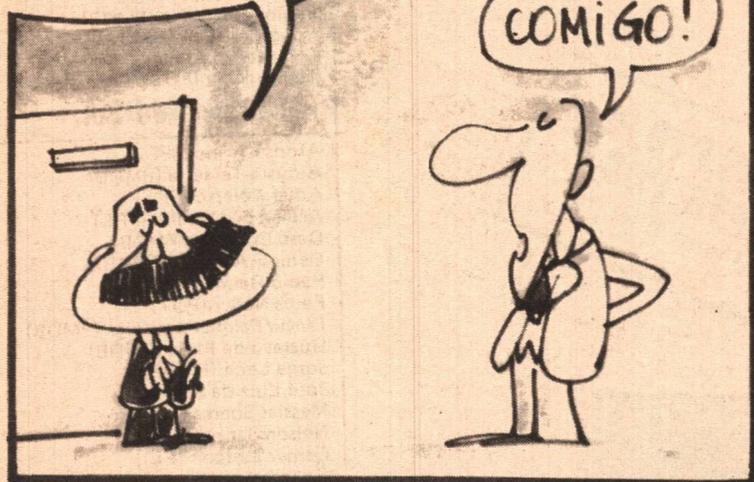
Você é apontado como um negociador eficaz na Constituinte. Qual é a relação entre negociação e pressão popular?

O poder de negociação depende da pressão popular. O que dá condição de negociação é a pressão popular e a qualidade das propostas. Se você tiver bom trânsito interpartidário, ajuda porque aqui não se aprova nada na cacetada. Tem de haver negociação.

O que a Constituinte muda na previdência social para os aposentados e pensionistas?

As aposentadorias e pensões terão um reajustamento de tal forma que recupere o poder aquisitivo que ostentaram à época de sua concessão. A Previdência terá seis meses para fazer o cálculo e no sétimo mês começa a pagar a diferença, a partir da promulgação da Carta. Isso significa que os aposentados e pensionistas terão um reajuste significativo. Também foi aprovado dispositivo que proíbe perdas no valor dos benefícios. A presença do PT nessa questão foi vital para aprovarmos essas reivindicações.

JARBAS!! DIGA A MARLY QUE
FUI CAMINHAR PELAS RUAS
DA CIDADE!!



PRECISO SENTIR A
REAÇÃO DO POVO
À VITÓRIA DOS MEUS
5 ANOS!!



POR PRECAUÇÃO
LEVE ISTO!!
ANDA FAZENDO MUITO FRIO!



Cinco anos para Samey: uma vitória muito suja

A vitória do mandato de cinco anos para Samey representou a mais patente contradição entre uma decisão da Constituinte e a exigência da sociedade. Movidos por interesses antipopulares e por favores concedidos à custa dos cofres públicos, 328 constituintes disseram sim aos cinco anos de (des) governo Samey, ao qual o povo disse não em todas as pesquisas.

Para obter o prolongamento do seu mandato por mais um ano, Samey lançou mão de toda sorte de recursos, numa operação que começou no início do "seu" governo, há três anos. Uma série de emissoras de rádio e de

televisão foram concedidas, cargos públicos negociados, verbas liberadas para obras de interesse de determinados deputados e senadores. Tudo à custa de recursos públicos, cada vez mais escassos nos serviços de real interesse público.

Segundo interpretações correntes em Brasília, o congelamento da URP dos funcionários públicos por dois meses foi para pagar votos de parlamentares que votaram cinco anos. Afinal, dizem, a justificativa para o congelamento era a contenção do déficit público, que só fez aumentar no período.

O povo vai saber quem votou contra as diretas outra vez

Precisamos acabar com essa estória de que o povo brasileiro não tem memória. Vamos avivar, daqui pra frente, a memória popular, denunciando sem tréguas aqueles que traíram a vontade de 90% da população, votando no mandato de cinco anos para o presidente Samey.

É preciso que, em cada Estado e região onde os constituintes colheram seus votos, o povo saiba como eles se posicionaram sobre as grandes questões nacionais. Isto é um direito da população e um dever para todos os que defendem o direito à informação. Assim, os trabalhadores saberão dar o troco, principalmente nas eleições municipais de novembro, nas quais estarão também em julgamento questões, nacionais, como a decisão sobre o mandato de Samey. Cerca de 100 constituintes serão candidatos a prefeito, enquanto a maioria dos outros 459 estarão envolvidos na campanha:

A denúncia dos constituintes que votaram contra os avanços nos direitos dos trabalhadores surtiu efeito, e constitui-se numa experiência nova de fiscalização da atuação parlamentar pela população organizada. Sem dúvida, uma experiência democratizante e construtiva, que deve ser repetida e aperfeiçoada. Entretanto, é necessário reconhecer que houve na campanha alguns excessos danosos para a eficácia da denúncia. No sentido de contribuir para a denúncia, a Bancada do PT sugere e considera suficiente a divulgação, em cartazes, boletins ou panfletos, os nomes, partidos e questões nas quais os parlamentares votaram contrariando os interesses dos trabalhadores e do povo.

Para ajudar no trabalho de denúncia dos constituintes que esticaram o mandato antipopular de Samey, aí vai a lista no verso desta página.

Quando a política se toma um grande balcão de negócios

São numerosos os casos de denúncias sobre deputados e senadores constituintes que receberam do governo federal favores e benesses à custa de recursos públicos para votar no mandato de cinco anos para Samey. Não temos espaço para falar sobre todos os casos conhecidos, mas registramos alguns:

O deputado Aécio Neves (PMDB-MG), o Aecinho, por exemplo, neto de Tancredo Neves, embora tenha defendido o mandato de quatro anos, acabou votando nos cinco anos, o que lhe rendeu o apelido de "Aecinho". Ele tinha suas "razões": ganhou a concessão de uma emissora de rádio e o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União para o seu pai, o ex-deputado do PFL, Aécio Cunha.

Já o senador Aluizio Bezerra (PMDB-AC), outrora "progressista", resolveu dar cinco anos para Samey, depois de uma audiência com o presidente, em que teria recebido a promessa de liberação de verbas para uma rodovia li-

gando o Acre ao Peru.

O autor da emenda esticando o mandato de Samey para cinco anos, deputado Matheus Lesen (PMDB-PR), foi um dos mais afortunados. Ganhou sua terceira emissora de rádio e, de quebra, ainda conseguiu o apoio do Centrão para isentar gravadoras do pagamento de direito autoral sobre músicas sacras que falam de textos bíblicos. Explica-se: Lesen, que é pastor evangélico, é proprietário de uma gravadora especializada na produção de discos de música sacra com textos bíblicos.

A ameaça de paralisar as obras da usina hidrelétrica de Xingó, em Sergipe, aglutinou toda a bancada constituinte daquele Estado, além, de vários outros parlamentares nortistas, em torno dos cinco anos.

O deputado Mauro Campós, do PMDB mineiro, revelou que votou pelos cinco anos porque Samey ameaçou cortar verbas destinadas à sua empresa de navegação.

ELES DERAM CINCO ANOS PARA SARNEY

Acre

Alécio Dias (PFL)
Aluizio Bezerra (PMDB)
Francisco Diógenes (PDS)
Geraldo Fleming (PMDB)
José Melo (PMDB)
Maria Lúcia (PMDB)
Nabor Júnior (PMDB)
Narciso Mendes (PDS)
Osmir Lima (PMDB)
Rubem Branquinho (PMDB)

Alagoas

Alberico Cordeiro (PFL)
Antônio Ferreira (PFL)
Divaldo Suruagy (PFL)
Guilherme Palmeira (PFL)
José Thomaz Nonô (PFL)
Vinicius Cansanção (PFL)

Amapá

Annibal Barcellos (PFL)
Eraldo Trindade (PFL)
Geovani Borges (PFL)

Amazonas

Áureo Mello (PMDB)
Carlos Di Carli (PMDB)
Correi Benevides (PTB)
Eunice Michiles (PFL)
Ézio Ferreira (PFL)
José Dutra (PMDB)
Leopoldo Peres (PMDB)
Sadie Havache (PFL)

Bahia

Ângelo Magalhães (PFL)
Benito Gama (PFL)
Carlos Sant'Anna (PMDB)
Eraldo Tinoco (PFL)
Francisco Benjamim (PFL)
Jairo Azi (PFL)
Jairo Carneiro (PFL)
João Alves (PFL)
Jonival Lucas (PFL)
Jorge Viana (PMDB)
José Lourenço (PFL)
Leur Lamanto (PFL)
Luiz Eduardo (PFL)
Luis Viana Neto (PMDB)
Manoel Castro (PFL)
Milton Barbosa (PMDB)
Sérgio Brito (PFL)
Waldeck Omélos (PFL)

Ceará

Aécio de Borba (PDS)
Bezerra de Melo (PMDB)
Carlos Benevides (PMDB)
César Cais Neto (PDS)
Cid Saboia de Carvalho (PMDB)
Étevaldo Nogueira (PFL)
Exedito Machado (PMDB)
Furtado Leite (PFL)
Gidel Dantas (PMDB)
José Lins (PFL)
Luiz Marques (PFL)
Manoel Viana (PMDB)
Mauro Benevides (PMDB)
Mauro Sampaio (PMDB)
Moyses Pimentel (PMDB)
Orlando Bezerra (PFL)
Osmundo Rebouças (PMDB)
Raimundo Bezerra (PMDB)
Ubiratan Aguiar (PMDB)

Distrito Federal

Francisco Carneiro (PMDB)
Márcia Kubitschek (PMDB)
Meira Filho (PMDB)
Walmir Campeio Bezerra (PFL)

Espirito Santo

Gérson Camata (PMDB)
João Calmon (PMDB)
Nyder Barbosa (PMDB)
Stélio Dias (PFL)

Goias

Antonio de Jesus (PMDB)
Délío Braz (PMDB)
Fernando Cunha (PMDB)
Irapuan Costa Júnior (PMDB)
João Natal (PMDB)
José Freire (PMDB)
Lúcia Vânia (PMDB)
Luiz Sayer (PMDB)
Maguito Vilela (PMDB)
Mauro Miranda (PMDB)
Naphtali Alves de Souza (PMDB)
Nion Albernaz (PMDB)
Paulo Roberto Cunha (PMDB)
Roberto Balestra (PDC)
Siqueira Campos (PDC)

PMDB

167

O partido foi responsável pela metade dos votos dados ao governo

PFL

108

83,7% da Bancada votaram com o governo

PDS, PTB, PL, PTR, PDC e sem partido

53

Contra a vontade de mais de 90% da população, estes constituintes votaram a favor do mandato de cinco anos para Sarney

Maranhão

Alberico Filho (PMDB)
Alexandre Costa (PFL)
Antônio Gaspar (PMDB)
Cid Carvalho (PMDB)
Costa Ferreira (PFL)
Davi Alves Silva (PDS)
Edison Lobão (PFL)
Edivaldo Holanda (PFL)
Eliezer Moreira (PFL)
Enoc Vieira (PFL)
Francisco Coelho (PFL)
Joaquim Haickel (PMDB)
José Teixeira (PFL)
Onofre Corrêa (PMDB)
Victor Trovão (PFL)
Vieira da Silva (PDS)
Wagner Lago (PMDB)

Mato Grosso

Joaquim Sucena (PTB)
Jonas Pinheiro (PFL)
Júlio Campos (PFL)
Louremberg Nunes Rocha (PTB)
Oswaldo Sobrinho (PTB)
Roberto Campos (PDS)
Rodrigues Palma (PTB)
Ubiratan Spinelli (PDS)

Mato Grosso do Sul

Gandi Jamil (PFL)
Ivo Gersósimo (PMDB)
José Elias (PTB)
Levy Dias (PFL)
Rachid Saldanha Derzi (PMDB)
Ruben Figueiro (PMDB)

Minas Gerais

Aécio Neves (PMDB)
Alfredo Campos (PMDB)
Aloísio Vasconcelos (PMDB)
Álvaro Antônio (PMDB)
Alysson P&ulinelli (PFL)
Bonifácio de Andrade (PDS)
Cristóvam Chiaradia (PFL)
Dalton Canabrava (PMDB)
Elias Murad (PTB)
Genésio Bernardino (PMDB)
Gil César (PMDB)
Hélio Costa (PMDB)
Homero Santos (PFL)
Humberto Souto (PFL)
Jsrail Pinheiro Filho (PMDB)

José da Conceição (PMDB)
José Geraldo (PMDB)
José Santana de Vasconcelos (PFL)
José Ulisses de Oliveira (PMDB)
Lael Varela (PFL)
Leopoldo Bessone (PMDB)
Marcos Lima (PMDB)
Mário Assad (PFL)
Mário Bouchardet (PMDB)
Mário de Oliveira (PMDB)
Maurício Campos (PFL)
Maurício Pádua (PMDB)
Mauro Campos (sem partido)
Melo Freire (PMDB)
Mello Reis (PDS)
Milton Lima (PMDB)
Milton Reis (PMDB)
Oscar Corrêa (PFL)
Raimundo Rezende (PMDB)
Raul Belém (PMDB)
Roberto Vital (PMDB)
Ronaldo Carvalho (PMDB)
Ronaro Corrêa (PFL)
Rosa Prata (PMDB)
Sérgio Werneck (PMDB)
Virgílio Galassi (PDS)

Pará

Aloysio Chaves (PFL)
Amílcar Moreira (PMDB)
Arnaldo Moraes (PMDB)
Asdrubal Bentes (PMDB)
Benedicto Monteiro (PTB)
Carlos Vinagre (PMDB)
Dionísio Hage (PFL)
Domingos Juvenil (PMDB)
Eliel Rodrigues (PMDB)
Fausto Fernandes (PMDB)
Fernando Velasco (PMDB)
Gabriel Guerreiro (PMDB)
Gerson Peres (PDS)
Jarbas Passarinho (PDS)
João Menezes (PFL)
Jorge Arbage (PDS)
Manoel Ribeiro (PMDB)
Paulo Roberto (PMDB)

Paraíba

Adauto Pereira (PDS)
Agassiz Almeida (PMDB)
Aluizio Campos (PMDB)
Edivaldo Motta (PMDB)
Edme Tavares (PFL)
Evaldo Gonçalves (PFL)
Humberto Lucena (PMDB)
João Agripino (PMDB)
João da Mata (PFL)

José Maranhão (PMDB)
Marcondes Gadelha (PFL)
Raimundo Lira (PMDB)

Paraná

Alarico Abib (PMDB)
Antonio Ueno (PFL)
Basílio Villani (PMDB)
Darcy Deitos (PMDB)
Dionísio Dal Prá (PFL)
Ervin Bonkoski (sem partido)
Jacy Scanagatta (PFL)
José Carlos Martinez (PMDB)
Jovanni Masini (PMDB)
Matheus Lensen (PMDB)
Orlando Pacheco (PFL)
Maurício Nasser (PMDB)
Max Rosenmann (PMDB)
Oswaldo Trevisan (PMDB)
Paulo Pimentel (PFL)
Renato Bernardi (PMDB)
Renato Johnsson (PMDB)
Santinho Furtado (PMDB)
Sérgio Spada (PMDB)

Pernambuco

Fernando Bezerra Coelho (PMDB)
Gilson Machado (PFL)
Harlan Gadelha (PMDB)
Inocência Oliveira (PFL)
José Carlos Vasconcelos (PMDB)
José Jorge (PFL)
José Mendonça Bezerra (PFL)
José Moura (PFL)
José Tinoco (PFL)
Nilson Gibson (PMDB)
Oswaldo Coelho (PFL)
Paulo Marques (PFL)
Ricardo Fiúza (PFL)
Salatiel Carvalho (PFL)

Piauí

Álvaro Pacheco (PFL)
Átila Lira (PFL)
Felipe Mendes (PDS)
Heráclito Fortes (PMDB)
Jesusaldo Cavalcanti (PFL)
Jesus Taira (PFL)
João Lobo (PFL)
José Luiz Maia (PDS)
Mussa Demes (PFL)
Paes Landim (PFL)

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara (PMDB)
Carlos Alberto (PTB)
Flávio Rocha (PFL)
Henrique Eduardo Alves (PMDB)

Iberé Ferreira (PFL)
Ismael Wanderley (PMDB)
Jessé Freire (PFL)
Vingt Rosado (PMDB)

Rio de Janeiro

Arnaldo Prieto (PFL)
Darcy Pozza (PDS)
Erico Pegorano (PFL)
Hilário Braun (PMDB)
Ivo Mainard (PMDB)
João de Deus Antunes (PDT)
Júlio Costamilan (PMDB)
Luís Roberto Ponte (PMDB)
Oswaldo Bender (PDS)
Paulo Mincarone (PMDB)
Rospide Netto (PMDB)
Ruy Nedel (PMDB)
Teimo Kirsí (PDS)

Rio Grande do Sul

Afonso Arinos (PFL)
Aloysio Teixeira (PMDB)
Amaral Netto (PDS)
Arolde de Oliveira (PFL)
Daso Coimbra (PMDB)
Denisar Arneiro (PMDB)
Fábio Raunheitti (PTB)
Feres Nader (PDT)
Flávio Palmier da Veiga (PMDB)
Gustavo de Faria (PMDB)
Jorge Leite (PMDB)
José Luiz de Sá (PL)
Messias Soares (PTR)
Nelson Sabrá (PFL)
Osmar Leitão (PFL)
Roberto Augusto (PTB)
Roberto Jefferson (PTB)
Rubem Medina (PFL)
Simão Sessim (PFL)
Sotero Cunha (PDC)

Rondônia

Arnaldo Martins (PMDB)
Assis Canuto (PFL)
Chagas Neto (PMDB)
Francisco Sales (PMDB)
José Viana (PMDB)
Odacir Soares (PFL)
Olavo Pires (PMDB)
Rita Furtado (PFL)

Roraima

Chagas Duarte (PFL)
Marluce Pinto (PMDB)
Mozarildo Cavalcanti (PFL)
Ottomar Pinto (PMDB)

Santa Catarina

Alexandre Puzyna (PMDB)
Eduardo Moreira (PMDB)
Geovah Amarante (PMDB)
Ivo Vanderlinde (PMDB)
Orlando Pacheco (PFL)
Renato Vianna (PMDB)
Ruberval Pilotto (PDS)
Victor Fontana (PFL)

São Paulo

Agripino de Oliveira Lima (PFL)
Airlton Sandoval (PMDB)
Antonio Salim Curiati (PDS)
Arnold Fioravante (PDS)
Cardoso Alves (PMDB)
Delfim Netto (PDS)
Fausto Rocha (PFL)
Felipe Chedde (PMDB)
Francisco Amaral (PMDB)
Gastone Righi (PTB)
Gerson Marcondes (PMDB)
Hélio Rosas (PMDB)
João Rezek (PMDB)
José Camargo (PFL)
José Egreja (PTB)
Maluly Neto (PFL)
Manoel Moreira (PMDB)
Michel Temer (PMDB)
Paulo Zarzur (PMDB)
Ricardo Izar (PFL)
Roberto Rollemberg (PMDB)
Samir Achôa (PMDB)
Theodoro Mendes (PMDB)
Tito Costa (PMDB)

Sergipe

Acival Gomes (PMDB)
Albano Franco (PMDB)
Antônio Carlos Franco (PMDB)
Bosco França (PMDB)
Cleonânicio Fonseca (PFL)
Djenal Gonçalves (PMDB)
Francisco Rollemberg (PMDB)
João Machado Rollemberg (PFL)
José Queiroz (PFL)
Lourival Baptista (PFL)
Messias Góis (PFL)